



Campanha em construção para a realização de uma

CONSULTA NACIONAL POPULAR

SOBRE O MODELO ECONOMICO VOLTADO PARA A CONCENTRAÇÃO DE RENDA, PROVOCANDO UM CENÁRIO DE ESCASSEZ EM NOSSO PAÍS MARCADO PELA ABUNDÂNCIA

O Brasil é um dos países mais ricos do Planeta. Nossa realidade é de extrema abundância em todos os sentidos. Possuímos a maior reserva de Nióbio, a terceira maior reserva de Petróleo, a maior área de terras agriculturáveis e terras raras, água potável, clima favorável, todas as fontes energéticas em abundância e imensa riqueza humana e cultural. Possuímos também riquezas financeiras, potencial industrial e comercial, e somos credores de imensa Dívida Ecológica causada por séculos de exploração predatória de nossos recursos naturais.

Por outro lado, enfrentamos impressionante cenário de escassez, com inaceitáveis índices de miséria, desemprego e fome; insuficiência de serviços de saúde, educação, segurança; submetidos a contínuos retrocessos por meio de contrarreformas da Previdência, Trabalhista e Privatizações. Faltam recursos para investimentos em ciência e tecnologia e outras alavancas necessárias ao nosso desenvolvimento socioeconômico.

Isso decorre do modelo econômico vigente no país, voltado para a concentração de renda e riqueza nas mãos de pouquíssimos privilegiados instalados no setor financeiro e grandes corporações nacionais e estrangeiras. Os seus principais pilares são o modelo tributário injusto e regressivo (no qual os pobres pagam muito mais que os ricos), a política monetária exercida pelo Banco Central (juros mais elevados do Planeta) e o Sistema da Dívida, que tem garantido a maior parte dos recursos para o pagamento da chamada dívida pública, apesar dos graves indícios de ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes.

Esse modelo tem provocado enorme dano à população, pois a contínua subtração de recursos para o pagamento dos encargos da chamada dívida pública amarra toda a nossa economia e impede a aplicação de recursos em áreas de interesse do nosso povo.

Por isso consultamos a sua opinião:

Você concorda que é necessário realizar uma auditoria cidadã da dívida pública e avançar o debate sobre o modelo econômico vigente no país, a fim de rever o privilégio dos bancos, os juros mais altos do mundo e outras distorções, para garantir mais recursos para educação, saúde, previdência, entre outros?

..... **SIM**

..... **NÃO**

Caso você tenha respondido SIM à pergunta acima, numere em ordem de importância para você as medidas necessárias para alcançarmos o nosso objetivo:

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília – DF – Cep – 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail contato@auditoriacidadada.org.br – www.auditoriacidadada.org.br

..... **REALIZAR AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA** (A chamada dívida pública nunca foi auditada, como manda a Constituição Federal, e anualmente consome cerca de metade dos recursos do orçamento federal. Auditar a Dívida Pública externa e interna, com participação cidadã, a fim de comprovar a contrapartida dessas dívidas, isto é, onde foram aplicados os recursos desde a década de 70, segregando as ilegalidades, ilegitimidades e fraudes. Identificar os beneficiários dos juros e amortizações pagos em cada ano. Os detentores dos títulos da dívida pública brasileira interna e externa são sigilosos, ou seja, sequer sabemos para quem devemos.)

..... **MUDAR OS CRITÉRIOS DE TRIBUTAÇÃO** (Tributar os excessivos lucros, principalmente de bancos; tributar as grandes fortunas; acabar com isenções sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios e acionistas de empresas, sobre remessas de lucros ao exterior e sobre aplicações financeiras de estrangeiros; aumentar a tributação sobre ganhos financeiros; isentar trabalhadores que ganham até o valor mínimo existencial (R\$ 3.800,00 em 2017) e aumentar o intervalo entre as alíquotas do imposto de renda.)

..... **JUROS COMPATÍVEIS COM A MÉDIA MUNDIAL** (Nenhum outro país do mundo garante remuneração tão elevada para o capital financeiro como o Brasil. Juros baixos irão permitir que a economia produtiva possa progredir, gerar emprego e renda.)

..... **MAIS DINHEIRO EM CIRCULAÇÃO NA ECONOMIA** (Com o falso pretexto de conter a inflação, o governo aceita que os bancos depositem sua “sobra de caixa” no Banco Central, e recebam elevada remuneração diária nas chamadas “Operações Compromissadas”. Essa operação aumenta a despesa pública, eleva ainda mais o lucro dos bancos e gera Dívida Pública. Se o dinheiro ficasse em circulação, os bancos teriam que baixar os juros e a economia produtiva cresceria.)

..... **EXIGIR TRANSPARÊNCIA NAS OPERAÇÕES DO BANCO CENTRAL** (O Banco Central realiza operações, tais como as “Operações Compromissadas”, contratos de *swap* cambial, entre outras que geram dívida pública sem contrapartida alguma; aumentam a despesa pública e elevam os lucros dos bancos. Os beneficiários dessas operações são considerados sigilosos.)

..... **BARRAR A PEC 287 E FAZER AUDITORIA DA PREVIDÊNCIA** (Mostrar que essa PEC 287 desmonta o sistema de Seguridade Social conquistado com muita luta dos movimentos sociais na Constituição de 1988. Comprovar todas as fontes de recursos da Seguridade Social, na qual está inserida a Previdência Social, juntamente com a Saúde e a Assistência Social, demonstrando que ao contrário do falacioso “déficit”, existe elevado superávit anual que tem sido subtraído por meio da DRU e desviado para o pagamento de juros da dívida. Identificar as benesses tributárias, tais como anistias e desonerações concedidas a setores privilegiados, em prejuízo do financiamento da Seguridade Social. Demonstrar a importância dos benefícios da Previdência para toda a sociedade, inclusive para a economia de mais de 90% dos municípios brasileiros. Ao

contrário de cortar direitos e desmontar a Previdência, como faz a PEC 287, devemos melhorar as condições de vida da população, aumentando os recursos destinados à Previdência, Saúde e Assistência Social.)

..... **ACABAR COM A DRU** (Criada desde o Plano Real, a desvinculação de recursos da União foi aumentada para 30% em 2016 e tem sido um dos grandes privilégios da chamada dívida pública, pois retira recursos principalmente da Seguridade Social – que engloba as áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social -, para aumentar ainda mais a destinação de recursos para o pagamento dos juros da chamada dívida pública.)

..... **REVOGAR A EMENDA CONSTITUCIONAL nº 95** (Essa modificação em nossa Constituição irá aumentar a gastança financeira e foi aprovada sob a falsa propaganda de controle de gastos. A Emenda Constitucional nº 95 é resultante da PEC 55 ou 241, e inseriu o ajuste fiscal no texto constitucional, pois estabelece teto somente para as despesas primárias, que correspondem a todas as despesas com a manutenção do Estado e com os serviços públicos prestados à população, para que sobre mais recursos ainda para as despesas não primárias, isto é, as despesas financeiras correspondentes ao pagamento juros da chamada dívida pública.)

..... **RESPEITAR O PACTO FEDERATIVO** (O ajuste fiscal vem sendo imposto de forma rigorosa pelo Ministério da Fazenda aos estados - por meio do PLP 257/2016 e acordos específicos por estado -, exigindo-se redução de gastos sociais, privatizações de patrimônio público, arrocho salarial e impedimento de contratações, sob a justificativa de renegociar a chamada dívida dos estados. Na prática, essa dívida renegociada no final da década de 90 já foi paga cerca de 3 vezes à União, porém, o saldo devedor ainda corresponde a cerca de 5 vezes o valor refinanciado, devido à cobrança de juros extorsivos pela União, em flagrante desrespeito ao pacto federativo. A população vem sendo fortemente sacrificada devido a esse arrocho imposto a estados e municípios, que decorre da equivocada política econômica nacional.)

..... **IMPEDIR QUE O FMI CONTINUE DITANDO A POLÍTICA ECONÔMICA** (Até os dias atuais o FMI determina as políticas que favorecem unicamente ao setor financeiro, com destaque para a exigência de independência do Banco Central; redução dos bancos públicos para aumentar a participação de bancos estrangeiros; prioridade para política de controle inflacionário com metas que não controlam a inflação brasileira mas garantem lucros ao setor financeiro; empoderar o Banco Central para socorrer bancos, etc.)

..... **IMPEDIR O ACESSO DO BANCO MUNDIAL A INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS** (Sob pretexto de elaborar projetos de desenvolvimento em todas as áreas – mineração, florestas, energia, água, saneamento, moradia, meio ambiente, agricultura, previdência, educação, saúde, modernização da administração tributária e de outras entidades públicas, ministérios e

secretarias de governo – o Banco Mundial tem tido acesso a informações estratégicas, ao passo que todas essas áreas têm apresentado retrocesso e privatizações.)

..... **REVER A EXPLORAÇÃO MINERAL** (O Brasil possui pelo menos 55 minerais metálicos, tais como Nióbio, Ouro, Prata, Minério de Ferro, Manganês, Níquel, Estanho, Titânio, Zinco, Zircônio, Alumínio, Chumbo, etc. e a exploração dessas estratégicas riquezas minerais não tem representado a devida contrapartida ao país, que tem ficado apenas com danos ambientais irreversíveis.)

..... **COBRAR A DÍVIDA ECOLÓGICA** (Não por acaso, não se fala em Dívida Ecológica no Brasil, mas até o Papa Francisco abordou esse tema em sua Carta Encíclica “*Laudato Si*” na qual menciona explicitamente a “Dívida Ecológica” gerada por fatos ligados à crescente destruição do meio ambiente, relacionada ao modelo econômico que cultua o deus mercado, com sua lógica de acumulação sem escrúpulos, a qualquer custo humano ou ecológico.)

..... **REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA** (O Brasil é o país com maior concentração de propriedade de terras do mundo, dedicadas ao agronegócio especializado em monoculturas para exportação – *commodities* - e usufrui de inúmeras benesses tributárias. Dessa forma, não contribui para o financiamento do Estado e nem para a alimentação do nosso povo. A reforma agrária irá aumentar a produção de alimentos, melhorando o acesso da população, a redução de preços e o controle da inflação.)

..... **AUMENTAR RECURSOS PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA** (A educação é a base para o efetivo desenvolvimento socioeconômico. O Brasil tem condições de garantir educação pública de qualidade em todos os níveis, da creche ao pós-doutorado, priorizando a destinação de recursos para o pleno funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino.)

..... **BARRAR A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO** (A proposta de reforma do ensino médio banaliza a educação e servirá para garantir mais lucros ainda ao setor privado, que deixará de propiciar a formação em várias áreas estratégicas do conhecimento, comprometendo a formação dos futuros dirigentes do país.)

..... **AUMENTAR RECURSOS PARA SAÚDE PÚBLICA** (O Sistema Único de Saúde – SUS – é uma das principais formas de garantir o acesso aos serviços de saúde a toda a população e deveria contar com recursos suficientes ao seu pleno funcionamento, com toda estrutura material e humana. A DRU tem retirado recursos que se destinariam à Saúde pública e o seu sucateamento abre espaço para o avanço de interesses privados na venda de planos de saúde e serviços privados.)

..... **REVER AS PRIVATIZAÇÕES** (Desde o governo Collor, passando por Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer, áreas estratégicas e lucrativas têm sido oferecidas ao mercado financeiro por meio de questionáveis privatizações, sem a devida transparência. A justificativa para todas as privatizações desde Collor tem sido a destinação de recursos para o pagamento da chamada dívida pública.)

..... **IMPEDIR A CRIAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES QUE NÃO ATENDEM AO DISPOSTO NO ART. 173 DA CONSTITUIÇÃO** (Em hipótese alguma poderiam ser destinados recursos ou bens públicos a ditas empresas estatais não dependentes cuja formalização afronta o disposto no art. 173 da Constituição, tais como as dedicadas a operações financeiras que envolvem a emissão de debêntures ou outra forma de título financeiro assemelhado, com garantia estatal baseada em direitos sobre créditos ou qualquer outra forma. Esse negócio fraudulento é semelhante ao que quebrou a Grécia e está se espalhando como praga pelo país, a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte e a CEPSEC S/A em São Paulo.)

..... **DEMOCRATIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO** (A mídia é fortemente concentrada no Brasil e defende interesses financeiros e de grandes corporações. Informações têm sido apresentadas de forma distorcida para a população, como a mentira sobre o “déficit” da Previdência que não existe; a mentira sobre o “controle de gastos” pela PEC 55 que na verdade irá aumentar a gastança financeira, manipulando abertamente a opinião pública e escondendo o verdadeiro objetivo dessas mudanças, que é favorecer ainda mais o setor financeiro.

..... **OBEDECER O TETO DE REMUNERAÇÃO PARA TODOS OS MEMBROS DOS 3 PODERES** (Impedir que autoridades, tais como vereadores, deputados, senadores e ministros de tribunais aumentem seus próprios salários e aprovelem inclusive benefícios próprios referentes a gastos pessoais e familiares, benesses que o cidadão comum não recebe.)

..... **IMPULSIONAR A REFORMA POLÍTICA** (O modelo econômico predatório tem sido mantido por classe política financiada pelos setores que lucram com esse modelo. Diversos políticos denunciados continuam ocupando cargos no Executivo e no Legislativo, com poder inclusive de modificar a Constituição do país, retirando direitos fundamentais da população e preservando seus próprios privilégios. É urgente realizar a reforma política proposta pelos movimentos sociais junto ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE).

..... **OUTROS** (Contribua com propostas necessárias para alavancar o desenvolvimento sócio econômico do país, retirando-nos dessa absurda e desnecessária crise.)

Passos:

O formato acima é a compilação das sugestões recebidas até a presente data. Falta avançar a definição sobre o formato das assinaturas (eletrônica e em papel), os locais de coleta, compilação de dados, assim como a elaboração de cartilhas, folhetos, notas conjuntas, jornal,

aulas públicas, rodas de conversa, fluxograma utilizando o gráfico de pizza e as PECs, mídias alternativas, rádios, outdoor e demais materiais que, de fato, garantam o amplo debate e a realização da consulta nacional popular.

Os passos para a construção da campanha foram assim indicados:

1. Reunião da comissão organizadora e demais entidades para revisão do texto-base sobre a campanha: dia 12/janeiro pela manhã;
2. Envio de texto-base contendo as linhas gerais da proposta de campanha e CONVITE chamando entidades, centrais, fundações de partidos políticos etc. para opinar e informar sobre a possibilidade de adesão: até dia 12/janeiro;
3. Data limite para entidades opinarem sobre a proposta: até dia 10/fevereiro;
4. Data limite para adesão à campanha: em aberto, inclusive após o lançamento da campanha, e até a sua conclusão;
5. Data de lançamento da Consulta Nacional Popular: 14 de março de 2017;
6. Data da Conclusão: 15 de novembro de 2017.

Diante do exposto, convidamos todas as entidades, centrais, fundações de partidos políticos etc. a opinarem sobre a presente proposta e participar da próxima reunião sobre a construção da campanha no dia 14 de fevereiro de 2017, às 9 horas, em nossa sede.

Solicitamos que a resposta seja enviada para contato@auditoriacidada.org.br

Desde já agradecemos pelo apoio e participação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2017.

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida